

Presidente dá ênfase à soberania

James
Entrevista

25 SET 1985

Nova Iorque — O estilo descontraído do presidente José Sarney desembarcou ontem na sala de imprensa, organizada no Hotel Intercontinental, ao longo de sua entrevista coletiva que durou 40 minutos. Sarney, de terno escuro, voz pausada, fez declarações importantes — como, por exemplo, a de que o Brasil não admitirá a ortodoxia do FMI, não renunciará ao crescimento e que dispõe de elementos suficientes para suportar uma eventual retaliação dos países industrializados contra o Brasil. Tudo isso foi dito com tranquilidade, insinuando bom-humor e mostrando um presidente completamente à vontade diante dos jornalistas.

O presidente da República reafirmou que seu governo vai manter a reserva de mercado para a informática, pois «o Brasil não pode renunciar a participar deste segmento do mercado mundial». A entrevista foi toda pontuada por afirmações de soberania, por declarações fortes no sentido de que o Brasil não vai recuar e de que o País está em condições para forçar o início das negociações efetivas com os credores internacionais — «que serão longas e difíceis». Mas, o presidente Sarney, com seu modo de ser afável, conseguiu contornar os problemas mais sérios que emergiram nas perguntas. Ele não se referiu ao crédito interbancário — verdadeira bomba de retardou embutida na dívida externa — e contornou todas as tentativas feitas para fazê-lo relevar o projeto brasileiro de renegociação da dívida externa.

A entrevista é esclarecedora das intenções nacionais na sua negociação com o mundo financeiro. O que Sarney não diz, e diz que não diz, é o que concretamente os brasileiros vão colocar na mesa de negociações. Ou seja, que é a fórmula brasileira para encontrar um ponto de equilíbrio na administração da dívida fora do contexto das forças do mercado. Isso tudo está subentendido na entrevista, mas não está revelado (A.G.S.).

P — Sr. Presidente, sendo o primeiro a perguntar, seria natural pedir ao Sr. um balanço do que foi sua viagem até aqui. Agora, eu gostaria de saber se o governo Brasileiro já tem uma estratégia para buscar uma aproximação maior, política e econômica, com outros parceiros internacionais, para nos dar maior peso político perante aos nossos credores internacionais?

Sarney — Em primeiro lugar, o meu agradecimento a todos os senhores que me acompanharam nesta viagem e a cobertura que tiveram a oportunidade de fazer. Eu acho que fazer um balanço da viagem seria considerar a viagem um fato isolado e que se esgotava nele mesmo. Melhor seria dizer que nós apenas estamos cumprindo nesta viagem mais uma etapa daquela proposta do Governo do Brasil ocupar no terreno internacional aquele espaço a que ele tem direito pela sua expressão. Não é nenhuma proposta de hegemonia mas a do País ser ouvido e não ser apenas vítima das decisões tomadas no exterior. O Brasil deseja ter uma participação

dinâmica, efetiva na política internacional. E, nesse sentido, o presidente do País teve a oportunidade, nas Nações Unidas, de colocar algumas idéias e ter a satisfação de verificar que essas idéias foram ouvidas, tiveram repercussão e que representam idéias que não são somente nossas, mas que expressam, de certo modo, um sentimento de parcelas ponderáveis das nações. Nós vamos prosseguir nessa linha, o País vai, cada vez mais, se afirmar no setor internacional e defender com todas as forças os seus interesses. Nós temos como prioridade a América Latina, nós estamos vinculados a América Latina. Essa tentativa do Brasil de tratar a América Latina como irmãos, mas viver de costas para a América Latina deve terminar. Nós estamos vinculados a América Latina. Os nossos problemas e as nossas esperanças são as mesmas. Em face da realidade atual do mundo, a grande crise internacional se localiza na América Latina, e nós temos que estar solidários e essa solidariedade nos leva, inevitavelmente e, naturalmente, aos parceiros que devemos ter, que são os parceiros da América Latina.

P — Sr. presidente, gostaria de saber a sua opinião sobre a possibilidade da capitalização dos juros ser uma das bases para a negociação da dívida e sobre as formas que essa capitalização poderia assumir?

Sarney — A tese do Brasil foi a de que nós devíamos romper com os dogmatismos existentes nos organismos internacionais, no tratamento da dívida externa. Ao romper com esse dogmatismo, nós abrimos negociação sobre a dívida externa. Como eu tive oportunidade de dizer, o Brasil tem propostas a fazer, mas espera que em primeiro lugar, essa negociação seja aberta para que ele possa colocar suas propostas. E com grande satisfação nós vamos sentindo que as posições brasileiras vão avançando e hoje é difícil que alguém não considere que o problema da dívida não é mais só um tratamento exclusivamente financeiro e nem apenas o domínio das teses consagradas nas ortodoxias com que a dívida é tratada. Todos nós hoje sabemos que a dívida tem outros aspectos e esses aspectos foram colocados pelo Brasil, que resistiu desde o início a aceitar submeter-se a formulas que importassem na recessão.

P — Presidente, o sr. trouxe aqui nessa viagem a Nova Iorque líderes de quase todos os partidos políticos. O Brasil caminha para a renegociação de sua dívida. Qual vai ser a participação do Congresso, a partir de agora, na formulação dessa proposta?

Sarney — Acho que se há um assunto que une o Brasil é o assunto da dívida. Nós brasileiros, somos muito levados a nos dividir sobre muitos assuntos. Mas se há um assunto que une o Brasil é o que diz respeito à solução da dívida externa. Evidentemente, que o Congresso brasileiro terá uma posição decisiva no apoio que ele terá que dar ao governo no tratamento da dívida externa. E, estou aqui acompanhado por líderes de todos os partidos, justamente numa demonstração do amadurecimento em que o Brasil trata dos seus interesses, acima de divergências partidárias e na restauração daquela convivência que mostra que a política não pode ser exercida como se fosse uma ação entre inimigos. Somos muitas vezes adversários, temos divergências, mas há um terreno comum, que é o interesse nacional, terreno esse que nos une e que vai nos unir no momento em que o Brasil tiver que colocar internacionalmente suas posições.

P — Presidente, o vice-presidente do Citicorp, que coordena nossa dívida externa, disse ontem que o Sr. agradeceu a ele o que os bancos estão fazendo pelo Brasil. Outro banqueiro disse que nunca de fato recebeu um plano, uma proposta do Governo brasileiro. A pergunta é a seguinte: Se essa forma de apresentar, discutir a dívida na ONU é melhor do que discutir primeiro uma proposta com os bancos ou com o Governo americano e se de fato o governo já tem um plano?

Sarney — Em primeiro lugar, eu não me recordo de ter agradecido no meio da multidão de pessoas a quem eu cumprimentei o executivo do Citicorp sobre o seu desempenho na condução das negociações sobre a dívida. A dívida tem um caráter muito mais amplo e muito mais profundo do que uma simples negociação entre os bancos, entre os banqueiros. Eu, como presidente do País, já encontrei a dívida externa; e tenho dito que foi uma herança, que não foi das mais agradáveis, de ter que gerir o problema da dívida. Nós consideramos que a dívida tem dois aspectos: o aspecto financeiro e o aspecto político. Esse aspecto financeiro é aquele que diz respeito ao mecanismo técnico em relação aos bancos. Mas, o aspecto político, é esse aspecto muito mais importante, que está entregue ao homem de estado, ao Presidente da República, como o responsável pelo destino do País. Os aspectos técnicos, esses não são nossos, mas os aspectos políticos, esses sim, são da minha responsabilidade. Eu vou exercer, como tenho exercido, essa responsabilidade com a visão maior dos interesses do País.

P — Presidente, gostaria de saber do sr. como o seu governo vai conciliar o crescimento econômico com o reajuste da economia.

Sarney — Em primeiro lugar, eu acho que fora do crescimento econômico não há solução para nenhum dos nossos problemas. No princípio, essa era uma tese isolada no Brasil, e hoje, é uma tese que está recebendo a compreensão de grandes círculos internacionais. O Sr. Schultz (secretário de Estado dos Estados Unidos) mesmo teve a oportunidade de dizer, li nos jornais esses dias, que achava que fora do crescimento econômico nós não tínhamos condições de resolver os problemas nem de pagar a dívida externa. O Brasil tem mostrado que não é incompatível o crescimento econômico com o crescimento de sua economia. Ao contrário, a grande potência econômica que é hoje o Brasil, a presença que nós temos no mundo, como oitava economia do mundo, não foi feita à custa da depressão, nem foi feita à custa da desarticulação do País. Foi feita à custa do crescimento econômico e da capacidade criativa dos brasileiros. O próprio Brasil com os seus resultados é uma demonstração de que se pode crescer sem que se volta para a recessão.

P — Presidente, na hipótese dos organismos internacionais não se mostrarem dispostos a uma negociação nos nossos termos, o Brasil contemplaria uma negociação direta com os bancos, ignorando os organismos internacionais?

Sarney — Primeiro, nós somos otimistas; nós achamos que a nossa tese é tão justa, é tão clara, e tão evidente que ela precisava apenas ser colocada e evidenciada. De maneira que eu acho que eu não tenho nenhuma razão para ser pessimista: eu acho que nós vamos ter condições de

negociar a dívida externa e o Brasil tem uma proposta a oferecer em relação à dívida externa. Mas, naturalmente, vamos aguardar esse momento exato. E nós temos os nossos prazos, mas esses prazos são nossos e nós não temos por que divulgá-los. Estão na linha da nossa capacidade de suportar os sacrifícios que nos são impostos em relação ao pagamento da dívida externa.

JORNAL DE BRASIL

P — Presidente, em todas as ocasiões que os países industrializados têm se reunido, a última vez foi no domingo passado, têm manifestado de maneira inequívoca que a estratégia para resolver o problema da dívida é a estratégia convencional. O último comunicado até se refere à dívida deles e propõe, mais uma vez, que a solução é o aumento do comércio internacional, a queda das taxas de juros e o aumento dos empréstimos, decorrendo tudo isto, evidentemente, de um esforço de ajustamento. Contudo, o Sr. acaba de revelar ter motivos para ser otimista a respeito da aceitação de sua proposta. O Sr. sabe alguma coisa que nós não estamos sabendo?

Sarney — Eu acho que as declarações todas que têm sido publicadas, no mundo inteiro, mostram uma mudança de posição em relação ao tratamento da dívida. Isso é um fato evidente. A partir da nossa posição de resistência a pertinácia da nossa denúncia permanente na injustiça do modelo, nós temos visto que essas posições têm se modificado. Isso se deve sobretudo ao peso específico do Brasil que é a oitava economia mundial. E um país que quando ele tem uma posição, essa posição tem que ser ouvida, ela tem que ser ponderada e é o que está realmente ocorrendo. Agora, uma coisa é evidente, que a fórmula ortodoxa que foi proposta a todos os países, no mundo inteiro, não tem resolvido de nenhuma maneira o problema da dívida externa. Ao contrário, tem agravado. Os países que seguiram este caminho tiveram seus problemas agravados. E, nesse sentido, é decepcionante a declaração última dos ministros das nações desenvolvidas quando reafirmam aquela Declaração de Bonn, que é a declaração da ortodoxia. Sobre tudo, no momento em que elas pregam que a solução é a liberdade de comércio e que os países têm direito e devem ampliar as suas exportações para pagar a dívida, nós, paradoxalmente, começamos a assistir uma onda protecionista nos países desenvolvidos que barram uma das premícias principais das soluções que eles nos impõem, que é da ampliação do comércio internacional. Como ampliar o comércio internacional e pagar a dívida, no momento em que os países desenvolvidos, que são os grandes mercados, se fecham à expansão do comércio dos países em desenvolvimento.

P — Presidente, o Sr. falou em protecionismo e é sobre isso que eu queria lhe perguntar. O seu Governo está preparado para uma eventual retaliação dos países desenvolvidos em termos de aumento de protecionismo e também de uma eventual escassez do crédito interbancário?

Sarney — Nós brasileiros, cada vez mais, devemos ter consciência da grandeza de nosso país. Nós não estamos atrás de retaliação, mas achamos que seria uma insensatez, que jamais o mundo cometeria se iniciasse uma onda de retaliação em relação ao Brasil. O Brasil, hoje,

não é tão vulnerável a esse tipo de sanção. As potencialidades de nosso país são tão grandes que, evidentemente, desaconselham qualquer tipo de sanção contra o Brasil. Agora, a onda de protecionismo é realmente uma visão muito limitada dos problemas mundiais, uma vez que, como nós temos reiterado, a faixa de expansão do comércio internacional não comporta esse tipo de restrição. E, no caso do Brasil, no dobramento de sua pergunta, embora não tivesse, por delicadeza, colocado é o que diz respeito à política de Informática. O que acontece, é que nós estamos protegidos, no que se refere a política de Informática até mesmo por um organismo internacional, que é o Gatt, que acha que protege os países que têm indústrias nascentes e que precisam desenvolver essa indústria, que é o caso do Brasil, que por um prazo limitado deseja ocupar uma faixa de mercado a que ele tem direito. Um país como o Brasil não pode renunciar de nenhuma maneira, a ter uma presença forte no mercado internacional da Informática. Isso nós jamais fariamos nem jamais aceitaríamos. Então, eu acho que a nossa posição em relação a esse fato é uma posição muito segura, muito firme. Estamos baseados numa lei do Congresso Nacional. E nós não podemos negociar com a soberania do Congresso Nacional.

P — Presidente, partindo do seu recém-confessado otimismo em relação a negociação política da dívida, eu queria saber qual a orientação e a tarefa prioritária que o Sr. dará a sua equipe econômica, chegando ao Brasil, a partir desses sinais de que as negociações vão começar a ocorrer. Se o Sr. me permitir o abuso, eu gostaria de saber como o Sr. avalia a disposição americana em relação a esse assunto, depois do seu encontro com o secretário Shultz?

Sarney — A posição da nossa equipe econômica não tem nada a mudar. Desde o início, nós temos sido coerentes na tese que nós defendemos. Do crescimento econômico, não a recessão, de não aceitar qualquer imposição ou ajustamento que pudesse implicar um sacrifício insuportável para o País. Essa é a nossa linha. Agora, na conversa com o secretário Shultz eu não podia, de nenhuma maneira, utilizá-la para fazer proselitismo das nossas teses. Até mesmo porque se tratava de uma visita de cortesia. E, antes que ele me visitasse, eu tinha recebido dele uma carta na qual se congratulava com meu discurso nas Nações Unidas e concordava com algumas teses por nós levantadas naquele instante. Por outro lado, é claro e evidente que nós encontramos, hoje aqui nos Estados Unidos, um outro clima em relação à dívida externa. A visão de que sem o crescimento não há solução para a dívida é um fato novo, porque as fórmulas que nos eram colocadas eram de que nós devíamos ficar num crescimento zero, num ajustamento total da economia, toda ela voltada para a criação de saldos comerciais que se destinavam a pagar a dívida externa. Essa é uma mudança evidente de todos os setores e que de certo modo é público, sem que importe numa abertura de negociações, porque o problema da dívida é um problema que tem grandes implicações e nós estamos caminhando firmemente, passo a passo, mas com determinação a trazer esse problema para a mesa de negociações efetivas que não envolvem somente o secretário Shultz, envolve organismos internacionais, envolve banqueiros, envolve toda comunidade mundial, se pudermos dizer assim.